

Projeto exige plano diretor para todas as cidades

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem proposta de emenda constitucional que obriga todas as cidades a planejar seu crescimento. A matéria ainda depende de votação no Plenário antes de ser submetida à Câmara dos Deputados. **6**

Cartório poderá comunicar novos nomes após casamento

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Justiça, e que deve ser enviado à Câmara, prevê que os cartórios deverão comunicar aos órgãos da administração pública (como Receita Federal) as mudanças de nomes ocorridas após o registro do casamento. **4**

Duas indicações para o Superior Tribunal Militar aprovadas **8**

Comissões aprovam 16 projetos na área social

Propostas votadas ontem na CCJ e na CAS trazem benefícios nas áreas de saúde e dos direitos trabalhistas e sociais. Maioria das medidas ainda será discutida pelos deputados



Presidida por Rosalba Ciarlini (foto), CAS limpou a pauta; CCJ ampliou restrição ao fumo. Abaixo, campanha antitabaco em SP



Cris Castello Branco/Governo do Estado/SP

- Fumar em locais coletivos, públicos ou privados, poderá ser totalmente proibido no Brasil. O projeto aprovado prevê, inclusive, a extinção dos atuais fumódromos. **5**

- Duas propostas favorecem as grávidas: a que dá direito a interrupção de estágio por três meses e a que impede a contagem do prazo de aviso prévio no caso de gravidez. **5**

- Texto aprovado pelos senadores impede demissão sem justa causa de trabalhadores que, tendo ao menos cinco anos no emprego, estejam próximos de obter a aposentadoria. **3**

- As empregadas domésticas podem ser beneficiadas por propostas votadas ontem. Uma delas reduz para 6% a contribuição social das domésticas e a de seus empregadores. **3**

Senado anuncia cota para servidores terceirizados com deficiência **2**



Alvaro Dias (à esq., ao lado de Flexa Ribeiro e Tasso Jereissati) propôs requerimento, ao qual se opôs a base governista, liderada por Romero Jucá (ao centro)



Caso Bancoop: comissão rejeita convite a promotor

Por 10 votos a 9, a Comissão de Constituição e Justiça rejeitou

ontem o requerimento para que o promotor José Carlos Blat fosse

convidado a falar sobre suposto desvio de R\$ 100 milhões. **7**

Debatedores pedem mais cuidado com o Enem **4**

CDH discute políticas públicas para a juventude **4**

Cadastramento indica que trabalham no Senado mais de cem pessoas com deficiência. Programas valorizam serviço e garantem acessibilidade

Mais espaço para servidores com deficiência

O 1º SECRETÁRIO do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), anunciou que o Senado reservará cotas também para pessoas com deficiência que forem contratadas por meio de terceirização, e não apenas para concursados, como já ocorre. O anúncio foi feito durante café da manhã em homenagem aos funcionários portadores de deficiência, no restaurante do Senado.

A coordenadora do Programa de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, Mônica de Araújo Freitas, informou que foi assinado convênio com a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) para contratação de oito pessoas com deficiência para trabalhar na higienização de livros da Biblioteca do Senado.

Mônica Freitas disse que foram convidados para a homenagem todos os funcionários que, du-



Márcia Kallume



Márcia Kallume

Para Heráclito Fortes (E), pessoas com deficiência não podem ser lembradas só em eventos festivos. Mônica Freitas enumerou ações do Senado no setor

rante o cadastramento, no fim do ano passado, informaram ter algum tipo de deficiência, um total de 69 servidores efetivos, 30 terceirizados e cinco estagiários.

Segundo a coordenadora, os oito portadores de deficiência que vão trabalhar na higieniza-

ção de livros estarão vinculados a contrato sob gestão da Apae. Mônica também lembrou que o Senado presta consultoria na área de acessibilidade a cinco assembleias legislativas (Amazonas, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Sul e São Paulo), além de promover um trabalho inte-

grado com o Supremo Tribunal Federal.

Participaram da homenagem, além de Heráclito Fortes, os senadores Flávio Arns (PSDB-PR), Augusto Botelho (PT-RR) e Romeu Tuma (PTB-SP). Em seu discurso, Heráclito elogiou os ex-presidentes do Senado Renan

Calheiros e Garibaldi Alves Filho, que criaram em suas gestões a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência e a Comissão de Valorização da Pessoa com Deficiência.

– Os cuidados com as pessoas com qualquer tipo de deficiência não podem ser tratados apenas em eventos, mas devem ser preocupação permanente de toda a sociedade – disse Heráclito.

O chefe de gabinete do senador Flávio Arns, Aires Neves, que é cadeirante, destacou que o esforço do Senado em valorizar as pessoas com deficiência é um exemplo para todos os órgãos públicos e empresas.

O diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, disse que o esforço da Casa não é apenas para estimular profissionalmente os funcionários com deficiência, mas também para integrá-los socialmente.



No encontro com Sarney (D, ao lado de Flexa Ribeiro), peritos do instituto pedem apoio a pleito por melhoria de salário

Sarney recebe engenheiros agrônomos do Incra

O presidente do Senado Federal, José Sarney, recebeu ontem um grupo de peritos federais agrários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), que buscam a revisão de seus salários. Eles estavam acompanhados pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Os peritos fizeram uma paralisação de advertência entre segunda e quarta-feira desta semana.

Os engenheiros agropecuários do Incra pedem que seus proventos sejam equiparados

aos dos fiscais federais agrários, também engenheiros agrônomos, mas vinculados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As carreiras são idênticas, mas um profissional do Ministério da Agricultura ganha mais que o dobro. O salário do profissional do Incra é R\$ 4.560, e o dos engenheiros do Ministério da Agricultura, R\$ 10.800, podendo chegar a R\$ 11.500 em julho.

Segundo Flexa Ribeiro, o presidente Sarney sugeriu aos

peritos que lhe entregassem um documento com as reivindicações e prometeu agendar uma audiência com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para defender a revisão do plano de carreira desses profissionais.

O senador paraense explicou que uma emenda nesse sentido foi rejeitada em projeto aprovado na Câmara dos Deputados. Para tanto, nova proposição precisa ser aprovada no Congresso Nacional.

Nery dirige frente pela erradicação do trabalho escravo

O senador José Nery (PSOL-PA) foi eleito na tarde de ontem presidente da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil. Como 1º vice-presidente do colegiado foi escolhido o deputado Paulo Rocha (PT-PA) e, para suplente, o senador Paulo Paim (PT-RS).

De acordo com o estatuto da frente parlamentar, também aprovado durante a reunião, o objetivo do grupo é a mobilização de deputados federais e senadores para propor modificações na legislação vigente, com vistas a erradicar o trabalho escravo no Brasil, em todas as suas formas



Nery (E, ao lado de Paulo Rocha) preside reunião do grupo

e manifestações.

Ao final da reunião, José Nery agendou como primeira tarefa da frente parlamentar um encontro com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e com o colégio de líde-

res daquela Casa, para pedir prioridade na apreciação da proposta de emenda à Constituição (PEC 438/01) que trata do combate ao trabalho escravo.

Para 2º vice-presidente do grupo, foi eleito o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), sendo suplente a deputada Janete Capiberibe (PSB-AP). O senador Flávio Arns (PSDB-PR) foi escolhido para 3º vice-presidente, tendo como suplente a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Para o cargo de secretário da frente parlamentar, foi eleito o deputado Domingos Dutra (PT-MA).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário MP do crédito à Caixa tranca a pauta

14h Em pauta, duas medidas provisórias que trancam as votações. A MP 470/09 autoriza a União a liberar crédito de R\$ 6 bilhões à Caixa. Já a MP 471/09 concede incentivo fiscal às montadoras e aos fabricantes de veículos instalados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Também o projeto (PL 280/09) que exige a formação de nível superior para professores da educação básica obstrui a ordem do dia.

Presidência Visita do ministro da Justiça

11h30 O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 11h, o governador do Amapá, Waldez Góes. Depois, às 11h30, terá encontro com o ministro da Justiça, Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto. À tarde, a partir das 16h, comanda em Plenário as votações dos projetos inscritos na ordem do dia.

CI Divulgação sobre direito de passageiros

8h30 Entre os projetos em análise na Comissão de Serviços de Infraestrutura está o que obriga as empresas de transporte coletivo a divulgarem o direito de os passageiros receberem indenização em caso de acidente de trânsito. A CI examina também proposta que isenta do IPI veículos de carga quando adquiridos por transportadores autônomos.

CDH Em debate, políticas para a juventude

10h Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai debater as políticas para a juventude. Foram convidados, entre outros, a deputada Manuela D'Ávila e os presidentes da União Nacional dos Estudantes (UNE), Augusto Chagas, e do Conselho Nacional de Juventude, Davi Barros.

CRE Sabatina de indicados para embaixadas

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se para examinar a indicação de novos embaixadores brasileiros e, ainda, projetos de decreto legislativo que aprovam textos de acordos internacionais.

CPI da Pedofilia Empregado do Flamengo depõe

14h O funcionário do Clube de Regatas do Flamengo Flávio Pereira e o titular da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima do Rio de Janeiro, Luiz Henrique Marques, vão ser ouvidos em audiência pública pela CPI da Pedofilia.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Projeto de Rosalba Ciarlini que restringe demissão sem justa causa é uma das diversas matérias aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais

CARTEIRA DE MOTORISTA PARA DESEMPREGADOS

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem, em decisão terminativa, o PLS 528/03, que prevê que o trabalhador desempregado de baixa renda poderá tirar sua carteira de motorista sem gastar dinheiro. Os recursos para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), nesse caso, viriam do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O senador César Borges (PR-BA), autor da proposta, lembra que os trabalhadores desempregados, especialmente aqueles sem qualificação profissional, encontram grandes dificuldades em obter colocação no mercado de trabalho. Se o projeto virar lei, frisa, ampliam-se as oportunidades de trabalho e de melhores condições de permanência no emprego.

SAQUE DE RECURSOS DO PIS-PASEP

Projeto de lei que permite ao trabalhador desempregado sacar seus recursos acumulados na conta individual do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

A proposta (PLS 117/09) é de Paulo Paim (PT-RS) e foi relatada por Raimundo Colombo (DEM-SC), para quem é justo permitir sacar os valores do fundo no PIS-Pasep em situação de desemprego. "Não é lógico pensar que o trabalhador desempregado, mesmo tendo recursos legitimamente depositados em seu nome, seja constrangido a se endividar ou sofrer séria restrição financeira juntamente com sua família", justifica Colombo.

SEGURO-DESEMPREGO PARA EX-MADEIREIROS

Proposta que amplia em três meses a concessão do seguro-desemprego para os trabalhadores desempregados, involuntariamente, em razão da "crise relacionada a ações de combate ao desmatamento na região amazônica" foi aprovada pela CAS.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), autor do PLS 200/08, que recebeu decisão terminativa, citou o exemplo da concessão do benefício aos pescadores no período de defeso – em que a pesca é proibida – para justificar sua proposta.

O senador lembra que muitas madeiras fecharam ou foram fechadas em razão de possíveis irregularidades e os empregados "não têm condições de saber se a empresa opera ou não com plano de manejo aprovado".



Autor e relator de diversos projetos votados pela CAS, Paulo Paim (D) participa da reunião, ao lado de José Nery

Benefício a empregado que está perto da aposentadoria

O TRABALHADOR QUE está a 18 meses ou menos de se aposentar poderá ter garantia contra demissão sem justa causa. É o que prevê projeto de lei complementar da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN). A matéria (PLS 521/09) foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), da qual Rosalba é a presidente. O texto terá de ser votado no Plenário antes de seguir para a Câmara.

De acordo com a proposta, o empregado não poderá ser demitido durante os 18 meses que antecedem a data em que adquire o direito à aposentadoria voluntária. A medida beneficia o trabalhador que tenha vínculo empregatício e que trabalhe na mesma empresa há, pelo menos, cinco anos.

O empregador que não obedecer à determinação deverá pagar uma indenização ao empregado demitido no valor equivalente a um mês de remuneração por ano ou fração igual a seis meses de serviço efetivo. Na hipótese de o trabalhador receber por dia, o cálculo da indenização terá por base 30 dias. Se o pagamento for feito por hora, a indenização será calculada com base em 220 horas mensais.

Comissões

Para os empregados que trabalharem por comissão ou que recebam percentagens, tal indenização será calculada com base na média dos últimos 12 meses. Já para os que exercem suas atividades por tarefa

ou serviço feito, a indenização será paga com base na média do tempo habitualmente gasto pelo trabalhador para a realização do trabalho, calculando-se o valor do que seria feito durante 30 dias.

A proposta, relatada na CAS por Paulo Paim (PT-RS), determina que em caso de demissão por culpa recíproca ou força maior, desde que reconhecida pela Justiça do Trabalho, o valor da indenização deverá ser reduzido em 20% da remuneração por ano ou fração igual ou superior a seis meses de serviço efetivo.

– É indiscutível a necessidade de adoção de medidas que mantenham a participação no mercado de trabalho dos trabalhadores próximos a se aposentar – defendeu Rosalba.

Multa pesada pode favorecer trabalho doméstico

Dois projetos que beneficiam as empregadas domésticas foram aprovados pela CAS em sua reunião de ontem. O PLS 159/09, que prevê multa por infração à legislação do trabalho doméstico, e o PLS 161/09, relatado por Roberto Cavalcanti (PRB-PB), que reduz para 6% a contribuição social das empregadas domésticas e também a de seus empregadores. Hoje, o empregador contribui com uma alíquota de 12%, enquanto o empregado contribui com uma alíquota que vai de 8% a 11%. Apresentados por Serys Silhessarenko (PT-MT), os projetos foram votados em decisão terminativa.

O PLS 159/09 estabelece multas para quem descumprir a Lei 5.859/72, que regula o trabalho do empregado doméstico. As multas variavam entre R\$ 1 mil e R\$ 10 mil, dependendo da gravidade do caso. Mas o relator, Garibaldi Alves (PMDB-RN), apresentou emenda determinando a aplicação das multas e dos valores estabelecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, além de destinar ao trabalhador o valor das multas aplicadas. Em relação à multa pela falta de registro do empregado na carteira de trabalho, Garibaldi aumentou o percentual de 50% (conforme o projeto de Serys) para 100% (exceto se o empregador reconhecer voluntariamente o tempo de serviço do empregado).



Rosalba, presidente da CAS, em conversa com domésticos

Novos cargos para laboratórios agropecuários

O quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá ter mais 270 cargos de provimento efetivo para técnico de laboratório e 90 para auxiliar de laboratório. De acordo com o PLS 307/09, aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e relatado por

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), as vagas deverão ampliar o número de servidores que atuam diretamente nos laboratórios nacionais agropecuários.

A CCJ também aprovou o PLC 6/10, que reestrutura a remuneração dos cargos de natureza especial da Câmara dos Deputados, altera a tabela de fatores da gra-

tificação de atividade legislativa devida a seus servidores efetivos e ajusta o plano de carreira da Casa para viabilizar a concessão do adicional de especialização.

O relator, Marconi Perillo (PSDB-GO), junto com Francisco Dornelles (PP-RJ), pediram urgência para votação da matéria em Plenário.

PROJETO FIXA TAXAS DE CONSELHOS REGIONAIS

Em sua reunião de ontem, a CAS acatou ainda, em decisão terminativa, projeto que fixa limites para as anuidades e as taxas a serem pagas pelos representantes comerciais aos conselhos profissionais regionais da categoria.

O autor do projeto (PLC 194/09) é o deputado federal Paulo Henrique Lustosa (PMDB-CE). A relatora na CAS foi a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS).

No caso de pessoas físicas, a anuidade não poderá ser maior que R\$ 300 e a taxa de registro, R\$ 50. Para empresas, a anuidade variará de acordo com o capital social – mínimo de R\$ 350 até o limite de R\$ 1.370. As taxas e os emolumentos ficarão limitados ao máximo de R\$ 50 e o registro de pessoas jurídicas, a R\$ 200.

INVÁLIDO DISPENSADO DE PERÍCIA NO INSS

Em decisão terminativa, a CAS também acolheu projeto de Paulo Paim (PT-RS) que dispensa do exame médico-pericial – com algumas exceções – os aposentados por invalidez e os pensionistas inválidos acima de 60 anos, da Previdência Social.

Na justificativa, Paim alega que a exigência penaliza os idosos, muitos deles com dificuldades de locomoção. O relator da matéria (PLS 302/07) foi o senador Paulo Duque (PMDB-RJ).

Inicialmente, explica Paim, a legislação da Previdência determinava exames bianuais apenas para os aposentados por invalidez com menos de 55 anos. Depois, decreto do Poder Executivo eliminou o limite etário, obrigando todos os aposentados por invalidez a realizarem o exame.

HISTORIADOR GANHA REGULAMENTAÇÃO

O PLS 368/09, que regulamenta a profissão de historiador, foi outra das matérias aprovadas ontem pela CAS, em decisão terminativa.

Cristovam Buarque (PDT-DF), relator da proposta, assinada por Paulo Paim (PT-RS), afirmou que o projeto não impede "o desempenho da atividade de historiador por aqueles que o fazem por vontade própria ou vocação", apenas exige diploma de historiador para os respectivos cargos públicos.

A comissão também acolheu quatro emendas da Câmara ao projeto que regulamenta a profissão de turismólogo. A proposta (ECD 290/01) foi apresentada em 2001 pelo ex-senador Moreira Mendes e teve como relator Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

Pelo projeto aprovado em decisão terminativa na CCJ, casais podem se livrar da via-crúcis pelas repartições públicas para providenciar mudança de sobrenomes

Cartório vai informar troca de nomes após casamento

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, Justiça e Cidadania aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) que autoriza os cartórios a remeterem a todos os órgãos públicos, inclusive à Receita Federal, as mudanças nos sobrenomes e no regime de bens dos cônjuges, nos registros de casamento e união estável.

Se não houver recurso ao Plenário do Senado, o PLS 418/09 seguirá para discussão na Câmara dos Deputados.

Em seu parecer, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) destaca argumento de Garibaldi segundo o qual a iniciativa poupará aos recém-casados o trabalho de comparecer a cada uma das diversas repartições públicas que emitem documentos a serem alterados em razão da nova união.

Atualmente, após efetuar



Garibaldi explica que cartórios são os mais aptos a realizar a tarefa

os registros de casamento ou contrato de união estável, em cartório, o casal é obrigado a fazer verdadeira romaria pelos órgãos públicos: à Secretaria da Receita Federal, para alterar os dados do Cadastro de Pessoa Física; ao cartório de registro de pessoas naturais, para proceder à alteração da certidão de casamento; aos órgãos das secretarias de segurança pública, para



Serys: projeto poupará casais de romaria às repartições públicas

requerer a inserção dos novos dados na Carteira de Identidade; e ainda outros.

O autor explica que os cartórios mantêm contato direto com juízos de família e registros públicos, o que os situa como ponto central na cadeia de informações sobre casamentos e mudanças de nomes. "Daí por que são os organismos mais aptos a executar essa tarefa", conclui.

Autorização para requerer casamento pela internet

Projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que autoriza noivos a apresentarem pela internet o requerimento de habilitação para casamento junto ao oficial do registro civil também foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela CCJ. Isso desde que haja o credenciamento antecipado junto ao Judiciário da assinatura eletrônica dos requerentes.

O objetivo do projeto (PLS

386/09) é desburocratizar o casamento civil, facilitando a vida dos noivos, que assim não precisarão se submeter a filas. Mercadante explica que os órgãos de administração pública, principalmente no Judiciário, estão desenvolvendo sistemas dotados de capacidade para viabilizar o processo eletrônico, protegendo a integridade e autenticidade dos textos e o seu armazenamento de forma

confiável.

Quando sancionada, a lei só entrará em vigor 180 dias depois da publicação oficial, a fim de que, nesse intervalo, os cartórios tenham tempo para se adequar à nova regra. Relatora do projeto, Serys Slhessarenko (PT-MT) disse que a iniciativa converge para os procedimentos judiciais que visam à eliminação do processo em papel, mediante a utilização da internet.



Senadores saudam integrantes do Conselho Nacional da Juventude

CDH discute hoje políticas públicas para a juventude

Políticas públicas para a juventude, num processo de socialização e inclusão, serão o tema de audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), hoje, a partir das 10h.

O debate será realizado a pedido do senador Paulo Paim (PT-RS) e tem entre seus convidados os deputados federais Lobbe Neto (PSDB-SP), Reginaldo Lopes (PT-MG) e Manuela D'Ávila (PCdoB-RS). Também foram chamados para a audiência sobre questões relativas à juventude o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Augusto Chagas; o secretário nacional de Juventude, Beto Cury; o presidente do Conselho Nacional

da Juventude, Davi Barros; e o secretário da Juventude do PT do Rio Grande do Sul, Mauricio Piccin.

PEC da Juventude

Paulo Paim pediu que os parlamentares votem favoravelmente à Proposta de Emenda à Constituição 42/08, a chamada PEC da Juventude, do deputado Sandes Júnior (PP-GO). Paim saudou integrantes do Conselho Nacional de Juventude, que ocupavam as galerias do Senado.

O senador explicou que a PEC estende aos jovens a proteção e os direitos já consagrados às crianças e aos adolescentes.

– Os jovens têm seu próprio

modo de ver as coisas, têm seus interesses e pontos de vista, e a PEC da Juventude abre caminho para que se garanta a representação desses pontos de vista nas instituições sociais e políticas – afirmou Paim.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), informou que lutará pela aprovação da proposta em um único dia, quebrando os interstícios regimentais para votá-la em dois turnos na mesma data.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) disse que o discurso de Paulo Paim o convenceu a votar pela aprovação do Estatuto da Juventude. Outros 12 senadores manifestaram apoio à proposta.

Debatedores apoiam o Enem, mas pedem aperfeiçoamento

Apesar dos problemas ocorridos com a primeira prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que seria usada para acesso à faculdade (um vazamento provocou o adiamento e a reelaboração dos testes), o sistema recebeu o apoio dos participantes de audiência pública promovida ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O entendimento é que houve avanços metodológicos, mas que há necessidade de aperfeiçoamentos. O representante da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Edward Madureira Brasil, observou que muitas universidades públicas utilizaram o Enem para ingresso de alunos.

O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Joaquim José Soares Neto, disse que o Enem tem como meta garantir o acesso a qualquer das vagas

ofertadas na rede pública, independentemente do lugar onde morem os candidatos.

Na direção da audiência, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) concordou que o Enem é um bom sistema de seleção e deve ser aperfeiçoado. Para Cristovam Buarque (PDT-DF), houve de fato avanços no ensino superior com o sistema.

Em relação às cotas nas universidades, Augusto Botelho (PT-RR) ressaltou que devem ser baseadas em critério social, com linha de corte pela renda familiar, sem reserva apenas a estudantes vindos da escola pública.

Também participaram do debate o senador Romeu Tuma (PTB-SP), o presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Yann Evanovick, e o vice-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Educação Superior (Andes), Antônio Lisboa Leitão.



Marisa Serrano (C) dirige audiência na Comissão de Educação

Marisa defende plano para educação focado nas prioridades

Previsto para o ano que vem, o novo Plano Nacional de Educação requer atenção às verdadeiras prioridades do setor, defendeu ontem Marisa Serrano (PSDB-MS). O primeiro plano, elaborado em 2001, atingiu até agora apenas 33% das metas previstas, lamentou a senadora.

– É um índice muito baixo para quem sonhou com uma educação de maior qualidade, mais inclusiva, que desse ao povo brasileiro as condições de realmente ter as oportunidades que merece – afirmou.

Entre as metas não cumpridas,

ela assinalou a matrícula de crianças de até três anos: houve um aumento de 9% para 18%, mas ainda está muito aquém do almejado, já que a Constituição prevê que a oferta de creche e pré-escola é obrigação do Estado. A erradicação do analfabetismo também não foi alcançada e o país tem hoje 19 milhões de analfabetos e 21 milhões de analfabetos funcionais. Já os 4,8% do orçamento destinados à educação no governo Fernando Henrique Cardoso aumentaram para 5%, "muito pouco em dez anos", completou.

Senadores querem novo debate sobre ampliação da banda larga

O programa do governo federal que visa à ampliação do uso de internet por meio de banda larga, permitindo acesso mais rápido e a preços reduzidos, será discutido em uma segunda audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Requerimento do senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) propondo o debate foi aprovado ontem.

Os senadores da CCT discutiram o tema na terça-feira com o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Franklin Martins,

entre outros convidados. Para o novo debate, serão convidados o secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Rogério Santana, o presidente da Rede Global Info, Magdiel da Costa Santos, e o consultor do Senado Igor Villas Boas.

A CCT também aprovou requerimento de Flávio Arns (PSDB-PR) para que a comissão apresente projeto propondo a criação de um prêmio anual de menção honrosa a entidades e pessoas que se destacarem no emprego de atividade científica pacífica.

Projeto beneficia usuários de remédios caros

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo de Tasso Jereissati (PSDB-CE) a projetos que regulamentam a oferta de procedimentos terapêuticos e a distribuição de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A matéria, que altera a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90), segue para exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

– A proposta atende à necessidade de enorme contingente de brasileiros que precisam receber medicamentos extremamente caros e que ficam sem o benefício em função de dúvidas na legislação – explicou o relator.

O texto, segundo Jereissati, resulta de longa discussão com representantes de organizações de pacientes, do Ministério da Saúde e com os dois autores de projetos sobre o tema – Tião Viana (PT-AC) e Flávio Arns (PSDB-PR), que apresentaram, respectivamente, os PLSs 219/07 e 338/07.

Os autores ressaltam que a falta de clareza na legislação tem levado ao crescimento do número de ações judiciais com o objetivo de obrigar os gestores do SUS a disponibilizar medicamentos e outros produtos para a saúde.

SUS deverá instituir gestão cooperativa

As direções do Sistema Único de Saúde (SUS) – tanto na União quanto nos estados, no Distrito Federal e nos municípios – promoverão a cooperação intergovernamental e interinstitucional necessária para assegurar a integralidade e a qualidade da atenção à saúde da população. A medida consta de projeto (PLS 373/09) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e determina ainda a oferta suficiente de ações e serviços públicos de saúde em todos os níveis de atenção e de complexidade tecnológica.

Para que isso ocorra, os gestores do SUS em todas as esferas deverão executar a gestão cooperativa do sistema por meio de compromissos assumidos em pactos de gestão firmados no âmbito de comissões intergestoras e de colegiados de gestão regional.

O texto aprovado é uma consolidação do projeto do senador Tião Viana (PT-AC) – que altera a Lei 8.080/90, sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde – com duas emendas do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

A proposta teve como relator o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) e a decisão foi terminativa na comissão.

Proposta do senador Tião Viana, que ainda será votada em decisão terminativa pela CAS, acaba até com a possibilidade de existência dos fumódromos. Cigarro deve causar 7 milhões de mortes nos próximos 15 anos

CCJ aprova proibição total ao fumo em locais coletivos, públicos ou privados

O HÁBITO DE fumar poderá ser proibido em todos os recintos coletivos, privados ou públicos, do país. O projeto de lei (PLS 315/08) do senador Tião Viana (PT-AC), que acaba até mesmo com os chamados fumódromos, foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e segue à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa.

Emenda apresentada pela relatora, senadora Marina Silva (PV-AC), deixa claro que a proibição não abrange a residência do fumante, o que constituiria, na opinião de Marina, um cerceamento de direito, já que os derivados do tabaco são vendidos livremente no país.

Se aprovada pelo Congresso, a norma entrará em vigor 180 dias após a publicação da lei.

A proibição ao fumo no Brasil em áreas de uso coletivo já está prevista na Lei 9.294/96, que admite, porém, a criação de áreas destinadas exclusivamente a esse fim, desde que isoladas e com arejamento conveniente – os fumódromos. Mas o texto aprovado ontem passou a também a proibir essas áreas.

Polêmica

A questão levantou polêmica na comissão, que rejeitou voto em separado de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) que manteria a possibilidade de existência das áreas exclusivas. O senador queria permitir que locais com área superior a 100 m² pudessem reservar até 30% do espaço total para a criação de um fumódromo.

Pela proposta derrotada, o uso desses produtos também seria permitido em locais abertos como varandas, calçadas, terraços, bal-



Marina Silva, relatora, excluiu da proibição as residências dos fumantes, mas defendeu a extinção dos fumódromos

ções externos e similares.

Contrária à permissão, Marina Silva lembrou ser necessário ajustar a legislação nacional ao que estabelece a Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco, assinada pelo país em 2003 e desenvolvida a pedido de 192 países integrantes da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Pela convenção – considerada o primeiro tratado internacional de saúde pública –, “ventilação e filtração do ar não são suficientes para reduzir a exposição passiva aos malefícios da fumaça”.

Marina citou o exemplo dos fumódromos em restaurantes, onde não só os clientes mas também as pessoas que ali trabalham, como os garçons, ficam expostos aos males da fumaça.

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (Inca), o fumo matou 1 milhão de pessoas nos últimos 30 anos e deve causar outros 7 milhões de óbitos nos próximos 15 anos.

Tião Viana aplaude decisão que amplia combate ao tabagismo

O senador Tião Viana cumprimentou a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pela aprovação de projeto que proíbe o uso de cigarros, charutos e qualquer outro produto derivado do fumo em recintos coletivos, privados ou públicos.

O senador disse que a proposta, de sua autoria, conta com

o apoio de várias instituições e pessoas que atuam na saúde pública no país. Segundo ele, o fumo é uma das principais causas de mortes que atingem, prematuramente, entre um terço e metade dos usuários em 15 anos de vício.

– Mata mais do que a Aids, a tuberculose e a malária juntas. Cerca de 5,4 milhões de pessoas morrem em decorrência do uso do fumo, anualmente, em todo o mundo, o que corresponde a quase 15 mil mortes ao dia.

Tião Viana advertiu que, se medidas urgentes não forem tomadas, a previsão é que o número anual de vítimas fatais aumentará para 8 milhões no mundo. O senador disse que, de acordo com dados do Ministério da Saúde, 18,8% da população brasileira são fumantes.



Tião Viana afirma que 18,8% da população brasileira são fumantes

Gorjeta de 20% em bares após as 23h pode ser autorizada

Bares, restaurantes e similares poderão cobrar gorjeta de 20% sobre contas encerradas à noite, após as 23h, caso seja transformado em lei projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta (PLS 472/09), votada em decisão terminativa, foi relatada pelo senador Gim Argello (PTB-DF).

A proposta de Crivella prevê também que as gorjetas recebidas constituam a base de cálculo das férias, incluído o adicional de um terço, bem como do 13º salário, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e de outros direitos legais, contratuais ou convencionais dos trabalhadores do ramo. No entanto, explicou o senador, para o cálculo de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado, esses valores não serão considerados.

“Eles estão mais sujeitos a riscos de violência, sofrem com as dificuldades de transporte e estão submetidos a um grau de penosidade maior do que aqueles que trabalham nas primeiras horas da noite ou durante o dia”, disse o senador, ao justificar o projeto que beneficia garçons e outros trabalhadores de bares e restaurantes.



Gim Argello (E), Marcelo Crivella e Papaléo Paes na reunião da CAS

Propostas aprovadas na CAS beneficiam grávidas no trabalho

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem dois projetos que beneficiam as grávidas. O PLS 48/08 permite às estudantes gestantes interromper por três meses o estágio que estejam fazendo. Já o PLS 533/09 prevê que a notificação de gravidez poderá interromper o decurso de prazo de aviso prévio. Ambas

as propostas foram votadas em decisão terminativa.

De acordo com o PLS 48/08, apresentado pelo ex-senador Expedito Júnior, fica garantido o recebimento de salário-maternidade para a estudante grávida que seja segurada facultativa do Regime Geral de Previdência Social. O relator na CAS foi o senador Papaléo Paes (PSDB-AP).

O PLS 533/09, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), também recebeu parecer favorável de Papaléo Paes. No texto aprovado (com modificações propostas pelo relator), determina-se que “a confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória prevista no artigo 10, II, b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.

ADIADA VOTAÇÃO DA REFORMA DO CPP

Pedido de vista coletivo adiou a votação, para a próxima quarta-feira, do projeto de lei (PLS 156/09) de reforma do Código de Processo Penal (CPP), na Comissão de Constituição e Justiça. A comissão deu preferência à votação de matérias terminativas. Das 23 emendas oferecidas ao projeto, o relator do substitutivo, senador Renato Casagrande (PSB-ES), acatou integralmente uma e parcialmente duas elaboradas por Demostenes Torres (DEM-GO), além de aproveitar elementos de outras duas rejeitadas. Casagrande acolheu integralmente apenas uma emenda do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

MÁRIO COUTO RECLAMA DA VIOLÊNCIA NO PARÁ

Mário Couto (PSDB-PA) lamentou o aumento da violência em várias cidades do estado. Segundo ele, a principal responsável pela explosão da criminalidade no Pará é a governadora Ana Júlia Carepa, por não investir integralmente todos os recursos do governo federal na área de segurança pública. O senador mencionou reportagens do jornal *O Liberal* sobre assalto à agência do Banco do Brasil de Jacundá e sobre invasão da delegacia da cidade de Tracuateua por populares, em protesto pela falta de ação policial pelo assassinato de uma mulher. – Dezesesseis pessoas morrem a cada final de semana em Belém. Em 18 anos de vida pública, nunca vi coisa como essa – disse.

GERSON CAMATA: DENÚNCIAS SÃO MENTIRAS

Gerson Camata (PMDB-ES) contestou ontem denúncias de maus-tratos em penitenciárias do Espírito Santo, feitas no exterior e reproduzidas pela imprensa brasileira. As denúncias “são mentiras e foram plantadas por falsas organizações não governamentais de defesa dos direitos humanos”, disse, declarando que foram utilizadas fotos antigas de uma rebelião de presos e apresentadas como atuais, no governo de Paulo Hartung. – Tentam desmoralizar o Brasil e o estado do Espírito Santo com coisas que aconteceram há muitos anos. Era o governo do Vítor Buaiz, quando os presos tinham a chave da prisão.

Plano diretor deve ser obrigatório para todas as cidades

CCJ avalia que plano diretor é instrumento fundamental de política urbana e que não só as cidades com mais de 20 mil habitantes devem utilizá-lo, como acontece hoje

TODAS AS CIDADES brasileiras serão obrigadas a elaborar planos diretores, e não apenas aquelas com mais de 20 mil habitantes, como determina hoje a Constituição federal.

De acordo com Jefferson Praia (PDT-AM), autor de proposta de emenda à Constituição (PEC 39/09) que cria a obrigatoriedade, ao definir a população mínima de 20 mil habitantes como critério, os constituintes de 1988 deixaram de alcançar “milhares de municipalidades que se mantêm inertes em relação ao planejamento de seu desenvolvimento urbano”.

A proposta foi aprovada on-

tem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e segue agora ao exame do Plenário.

Aprovado pela câmara de vereadores local, o plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, justifica o autor.

O relator, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), apresentou parecer favorável à aprovação do projeto e argumentou que o processo de desenvolvimento e de expansão urbana deve ser ordenado desde o seu início, inclusive nas pequenas localidades.

Senadores criticam duopólio e defendem aviação regional

Os senadores da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) criticaram ontem, em audiência pública, as péssimas condições dos aeroportos brasileiros, o duopólio na aviação nacional exercido pela TAM e pela Gol e o abandono da aviação regional, o que deixa várias cidades importantes do interior do país sem transporte aéreo. A audiência não foi conclusiva porque faltaram dois convidados essenciais: a presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Solange Vieira, e o presidente da Infraero, Murilo Marques Barboza.

César Borges (PR-BA), que



César Borges aponta falta de política clara para o transporte aéreo

coordenou o debate, disse que a Infraero só se preocupa com aeroportos superavitários e criticou a falta de uma política clara para o transporte aéreo.

CPI do MST debate realidade agropecuária

A CPI Mista do MST ouviu ontem três convidados sobre a realidade agropecuária brasileira. O presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, informou que 84% dos 5,2 milhões de propriedades rurais são de agricultura familiar. Elas ocupam 80,2 milhões de hectares e empregam mais de 12,3 milhões de pessoas.

O representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Anaximandro Doudement Almeida, defendeu uma “reforma agrária sem conflitos” e disse que ela é “incompatível com invasões de terras”.

O presidente da Associação



Senador Almeida Lima (2º à esquerda) entre os debatedores na comissão

Brasileira de Reforma Agrária (Abra), Plínio de Arruda Sampaio, afirmou que a CPI ficará desacreditada caso as investigações se concentrem apenas em supostas irregularidades

cometidas pelo MST. Para ele, é preciso investigar “a vergonhosa e absurda concentração de terra”, a pobreza da população rural, a grilagem de terras e a devastação de florestas.



Rosângela Barbosa, mãe de vítima de abuso sexual, e o senador Magno Malta

Mãe denuncia abuso contra menino de quatro anos

A CPI da Pedofilia ouviu ontem Rosângela Paiva Matias Barbosa, mãe de um menino de quatro anos da Bahia que teria sido assediado não apenas pela empregada da família, mas pelo próprio pai.

Josualdo, o pai, e Maria de Fátima, parente de Rosângela, foram convocados para depor na CPI, mas não apareceram. Segundo o advogado dos dois, Josualdo está viajando a trabalho. Por sugestão do presidente Magno Malta (PR-ES), a CPI aprovou o adiamento dos depoimentos para a próxima semana. Se houver nova falta, alertou Malta, a Polícia Federal trará os convocados.

Rosângela é médica em Paulo Afonso (BA). Ela contou que, após ouvir o primeiro relato do filho, passou a acompanhar suas reações mais de perto. A criança relatou situações de envolvimento sexual entre o marido e a empregada. A uma psicóloga, após 15 dias, o menino teria contado que o pai também o assediava sexualmente.

– Quem faz isso é um safado, um pilantra. Dá vontade de chorar – protestou o senador Romeu Tuma (PTB-SP).

Empregado do Flamengo quer adiar depoimento

O advogado do funcionário do Flamengo acusado de ter assediado sexualmente um garoto de dez anos enviou fax à CPI da Pedofilia solicitando que seja marcada uma nova data para o depoimento do seu cliente, agendado para hoje, às 11h. A alegação foi a incapacidade financeira de patrocinar a viagem Rio-Brasília-Rio e o fato de não ter havido uma convocação oficial. O presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES), manteve a data e o horário da reunião e revelou que pedirá à Polícia Federal que traga o depoente, caso seja necessário.

Outra reunião que a CPI deverá agendar tem como objetivo ouvir o delegado Renato Hedges, da Diretoria Estadual de Investigações Criminais (Deic), de Santa Catarina, responsável pela investigação de um caso envolvendo um homem que estaria usando o serviço de troca de mensagens virtuais MSN para trocar fotos de crianças em cenas de sexo. Magno Malta elogiou a atuação do policial nesse caso.

A CPI da Pedofilia aprovou ontem a correção de requerimentos aprovados na reunião da quinta-feira passada, quando o Google foi notificado a transferir para a CPI algumas informações que lhe dizem respeito e outras não. Dessa forma, serão solicitados dados aos portais UOL, Terra, IG e Click21, além daqueles pedidos ao próprio Google.

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente: José Sarney
- 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
- 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
- 1º Secretário: Heráclito Fortes
- 2º Secretário: João Vicente Claudino
- 3º Secretário: Mão Santa
- 4º Secretário: Patrícia Saboya
- Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Gerson Camata • Mão Santa • Marconi Perillo • Jefferson Praia

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Autor do requerimento, Alvaro Dias afirmou que presença de José Carlos Blat na CCJ seria uma oportunidade para esclarecimento do assunto, inclusive por senadores do PT



Ao defender a rejeição, Ideli argumentou que o assunto não está relacionado a qualquer matéria em tramitação na Casa

Comissão rejeita convite para promotor falar sobre Bancoop

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitou ontem, por 10 votos a 9, requerimento para que o promotor de Justiça de São Paulo José Carlos Blat fosse convidado a esclarecer ao colegiado processo em que investiga suposto desvio de cerca de R\$ 100 milhões da Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop) para campanhas eleitorais do PT.

Para o autor do requerimento, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), trata-se de um escândalo que leu centenas de famílias, sendo a convocação do promotor uma oportunidade para esclarecimento do assunto, inclusive por senadores do próprio PT.

A mesma opinião externou Tasso Jereissati (PSDB-CE), para quem o assunto é de interesse do Senado, pois tem cunho político, já que os recursos teriam sido desviados para a campanha

eleitoral do PT.

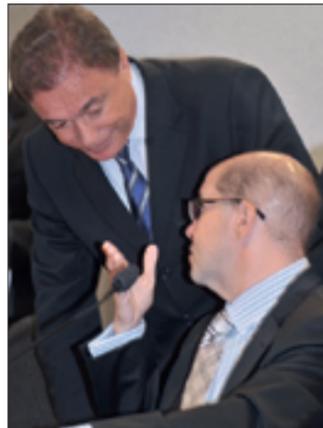
Mas esse não foi o entendimento de outros senadores. Ideli Salvatti (PT-SC) argumentou que o assunto não está relacionado a nenhuma matéria em tramitação na CCJ ou em outra comissão do Senado. Ela recebeu o apoio do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR).

Por sua vez, Romeu Tuma (PTB-SP) afirmou que o promotor José Carlos Blat é um homem sério e que tem feito um bom trabalho junto ao MP de São Paulo.

A CCJ aprovou requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) para realização de debate com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, sobre o tema "A modernização do Poder Judiciário para o desenvolvimento econômico do país".

Foi aprovado ainda, por sugestão de Eduardo Suplicy (PT-

SP), audiência sobre a PEC 65/05, que inclui a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido entre os tributos partilhados com os estados, o Distrito Federal e os municípios.



Alvaro conversa com Demostenes, presidente da Comissão de Justiça

Virgílio lamenta apatia diante da denúncia

Em discurso no Plenário, Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse ontem estar impressionado com a tranquilidade com que as denúncias do caso Bancoop são recebidas pela população. O promotor José Carlos Blat, do Ministério Público de São Paulo, denunciou que o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, teria desviado R\$ 100 milhões da Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop) para caixa dois do partido.

– O escândalo não choca mais ninguém. Se essa matéria tivesse sido veiculada no governo do presidente Kubitschek, daria uma ameaça de golpe de Esta-



Virgílio: denúncia é "estranheira" e milhares de famílias ficaram sem casa

do; se tivesse sido veiculada no tempo do presidente Fernando Henrique, teria dado uma agitação, o PT teria colocado barrica-

das aí na porta - disse.

Virgílio considerou as explicações dadas pelo PT como "protocolares" e criticou a decisão do presidente do PT, José Eduardo Dutra, de processar o promotor e o jornal *O Estado de S. Paulo*, que publicou editorial sobre o assunto.

Para o senador, a denúncia "é estreme" e milhares de famílias "acabaram financiando campanhas espúrias e ficaram sem as suas casas".

Em apertes, Tasso Jereissati (PSDB-CE), Alvaro Dias (PSDB-PR), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Mário Couto (PSDB-PA) apoiaram o pronunciamento.

Suplicy pede a Lula que defenda os direitos humanos em Cuba

Para Eduardo Suplicy (PT-SP), o respeito que o presidente Lula demonstra pelo governo de Cuba não deveria excluir a possibilidade de lembrar "constructivamente" ao presidente Raúl Castro e ao seu irmão Fidel Castro a importância do respeito aos direitos humanos e às liberdades democráticas, sobretudo a liberdade de expressão, em todo e qualquer país. O senador criticou as declarações de Lula acerca dos presos políticos

cubanos, que encontraram na greve de fome uma forma de protesto.

Suplicy lembrou que, em 1998, "uma pessoa que demonstrou ser um amigo extraordinário" do país caribenho, o papa João Paulo II, foi bem recebido em Cuba por Fidel Castro. Na oportunidade, afirmou, o religioso defendeu o fim do bloqueio econômico ao país, mas ressaltou que Cuba deveria criar um ambiente de maior liberdade



Para Suplicy, Lula deve interceder junto a Raúl e Fidel por liberdade

e pluralismo, como forma de favorecer o surgimento de um ambiente político que combinasse justiça e liberdade.



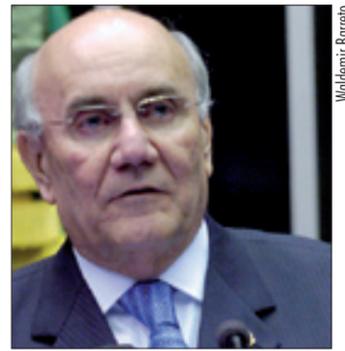
Mozarildo teme que eleitor opte pelo candidato que "rouba, mas faz"

Mozarildo sugere ao eleitor varrer corruptos do país

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) acredita que os brasileiros terão oportunidade de "acabar com os corruptos nas eleições de outubro próximo", simplesmente não votando em seus nomes. Ele conclamou os eleitores a procurarem o máximo de informações sobre os candidatos, ignorando os que não merecerem confiança.

O senador contou ter ouvido recentemente de um candidato que ele dispunha de R\$ 50 milhões para fazer sua campanha a governador. Ele avalia que tal candidato, se realmente for eleito, "fará de tudo para pegar de volta o dinheiro gasto na campanha" e "com certeza usará de meios corruptos" para isso.

Mozarildo disse temer que a população, sem informações confiáveis e "martelada pela propaganda maciça dos candidatos", acabe optando por políticos "que roubam, mas fazem".



Flexa Ribeiro: eleitor não poderá dizer que desconhece intenções do partido

Para Flexa Ribeiro, ministra ameniza diretrizes do PT

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse ontem que, após o 4º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, o eleitor não poderá dizer que desconhece as intenções do partido, que teria incluído em seu programa a censura aos meios de comunicação, a redução da jornada de trabalho e a taxaço de grandes fortunas.

– Espertamente, porém, a ministra candidata [Dilma Rousseff] cuida de amenizar o que foi definido como diretrizes do PT para o governo – apontou.

Flexa Ribeiro assinalou que Dilma Rousseff compareceu na terça-feira à sessão solene do Congresso Nacional que celebrou o Dia Internacional da Mulher e "fez de suas palavras pregação política".

"Vamos ver se, sem rodinhas, ela passa da segunda pedrada", finalizou, citando frase do *blog* do ex-deputado federal Roberto Jefferson.



Jereissati alega que é preciso esperar definição sobre o marco regulatório

Jereissati quer adiar votação da Petro-Sal

Tasso Jereissati (PSDB-CE) pediu ontem o adiamento da discussão do projeto de lei (PLC 309/09) que cria a Empresa Brasileira de Administração do Petróleo e Gás Natural S. A. (Petro-Sal). A ideia é aguardar que o Senado decida antes sobre o PL 5.938/09, que trata do marco regulatório do pré-sal e ainda tramita na Câmara dos Deputados.

O governo já enviou ao Senado pedido de urgência para tramitação do projeto da Petro-Sal. Porém, para Jereissati, relator da matéria, a criação da estatal não teria o menor sentido sem a aprovação de um marco regulatório do pré-sal e do sistema de partilha.

– O sistema de partilha nem sequer existe, nem foi aprovado na Câmara. É surreal votarmos em urgência [a criação de] uma empresa que nem sabemos se vai existir – reclamou o senador.



Papaléo diz que previsão inicial é de obras no valor de R\$ 80 milhões

Papaléo: Amapá nada recebeu do PAC este ano

O Amapá não tem recebido dinheiro para as oito obras previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), alertou ontem o senador Papaléo Paes (PSDB-AP). Ele informou que o seu estado deveria receber R\$ 80 milhões neste ano, mas até agora "não foi liberado nenhum centavo". As obras previstas estão a cargo do Ministério das Cidades e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

– No ano passado, foram empenhados R\$ 11 milhões de obras do PAC para o Amapá, mas nenhum real foi liquidado. Autorizaram, mas o dinheiro não saiu. Esse PAC é muito mal gerido e não tem trazido benefícios para o Amapá. Aliás, não é incorreto afirmar que ele tem feito muito pouco para o país, ao contrário do que alardeiam os marqueteiros da Casa Civil – afirmou Papaléo Paes.

General que fez declaração polêmica sobre homossexualismo teve nome ratificado. Senadores frisaram folha profissional e justificativa dada por militar



Senadores reunidos no Plenário: além dos ministros, nomes de dois embaixadores foram aprovados

Senado aprova indicações de novos ministros do STM

O PLENÁRIO DO SENADO aprovou ontem as indicações do almirante de esquadra Alvaro Luiz Pinto e do general de exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho para ministros do Superior Tribunal Militar (STM). A sabatina do general na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em 3 de fevereiro deste ano, causou polêmica, porque ele declarou, na ocasião, que o homossexualismo é incompatível com a atividade militar e que o homossexual não conseguiria comandar a tropa.

Durante a votação, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) observou que a declaração polêmica do general, citada de maneira descontextualizada, não pode desqualificar sua fo-

lha profissional, que considerou irrepreensível. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que relatou a indicação de Cerqueira Filho na CCJ, citou os serviços prestados pelo general e pediu voto favorável a sua indicação.

Explicações

Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que, na ocasião, pediu esclarecimentos sobre as declarações de Cerqueira Filho e disse estar satisfeito com as explicações. A indicação do general recebeu 46 votos a favor, 5 contra e 2 abstenções. A do almirante foi aprovada por 40 votos favoráveis e 4 contra.

Os senadores aprovaram também a indicação do embaixador Pedro Motta Pinto Coelho para

representante do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O Plenário confirmou ainda a indicação do ministro de segunda classe Flávio Hugo Lima Rocha Júnior como primeiro embaixador brasileiro na Maurítânia. Ele foi sabatinado na Comissão de Relações Exteriores em 4 de março.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve votar hoje, às 10h, mensagens presidenciais de indicações para os cargos de embaixador do Brasil na Venezuela e na Grécia. Para o cargo na Venezuela, foi indicado José Antonio Marcondes de Carvalho. Para a representação brasileira em Atenas, o diplomata Oto Agripino Maia.

Plenário ratifica dois acordos internacionais

O Plenário ratificou ontem a Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e Sedimentos de Navios e tratado assinado com Honduras sobre auxílio jurídico mútuo em matéria penal.

A importância da convenção (PDS 720/09) foi destacada pelo relator na Comissão de Relações

Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Francisco Dornelles (PP-RJ), citando como exemplo os problemas causados pelo mexilhão dourado no lago de Itaipu.

Originária da Ásia, essa espécie se reproduz rapidamente em água doce e entope os canos de água da represa, formando

verdadeiras colônias.

Os senadores avizaram o texto do tratado assinado entre os governos do Brasil e de Honduras sobre auxílio jurídico mútuo em matéria penal, assinado em Tegucigalpa, em 7 de agosto de 2007. O relator do PDS 502/09 na CRE foi o senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Foi adiada a votação do projeto de lei de conversão (PLV 18/09) elaborado a partir da medida provisória (MP 470/09) que autoriza a União a conceder crédito de até R\$ 6 bilhões à CEF. Apesar dos apelos do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR) – que frisou a proximidade da data limite (23/3) para votação do projeto –, os líderes da oposição apresentaram uma série de pontos no texto do PLV que, segundo eles, carecem de esclarecimentos. – O governo chega com uma MP, apresenta um relatório repentinamente e deseja que a oposição o engula goela abaixo, como um prato feito – disse Alvaro Dias (PSDB-PR).

Aprovada doação de terreno para a Delegação Especial da Palestina

A Delegação Especial da Palestina poderá receber um terreno do Poder Executivo no Setor de Embaixadas Norte, em Brasília, para instalação de sua sede. A proposta, do Poder Executivo, foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça, em decisão terminativa.

A relatora da matéria, Serys Slhessarenko (PT-MT), apresentou parecer favorável ao projeto da Câmara (PLC 295/09), por entender que a iniciativa visa “fortalecer a causa palestina e incen-

timar a paz no Oriente Médio”. Conforme Serys, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) está oficialmente presente no Brasil desde 1975.

“Se o país não poupa esforços para contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população palestina e pela pacificação da região, torna-se natural que haja uma representação diplomática de fato no país, com sede em terreno próprio, como todas as outras representações”, argumentou a senadora.

Fátima Cleide anuncia acordo sobre limites de floresta em RO

Fátima Cleide (PT-RO) anunciou ter apresentado, juntamente com Valdir Raupp (PMDB-RO) e Acir Gurgacz (PDT-RO), emenda à Medida Provisória 470/09, com o objetivo de estabelecer os limites da Floresta Nacional do Bom Futuro, em Rondônia.

Segundo a senadora, o texto da emenda foi definido a partir de acordo com o Ministério do Meio Ambiente e com os moradores da região.

Roberto Cavalcanti pede mais recursos para João Pessoa

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) pediu ontem o apoio dos deputados federais e senadores da Paraíba para que o estado consiga mais recursos para a ampliação e melhoria da infraestrutura aeroportuária da capital, João Pessoa. O senador solicitou ao governo federal a inclusão do Aeroporto Internacional Presidente Castro Pinto na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Dornelles elogia governo por retaliações aos Estados Unidos

Francisco Dornelles (PP-RJ) cumprimentou o governo pela decisão de sobretaxar uma lista de produtos dos Estados Unidos em retaliação aos incentivos fiscais concedidos pelo governo daquele país, principalmente aos produtores de algodão.

A lista tem cerca de cem itens, sobre os quais incidirão tarifas de importação que variam de 12% a 100% do valor. A medida



Francisco Dornelles

foi autorizada pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

– O objetivo do Brasil não é simplesmente retaliar, mas apenas dizer que nós não concordamos e que seremos

obrigados a tomar determinadas medidas caso as regras não sejam respeitadas. O governo agiu corretamente ao enviar essa mensagem aos Estados Unidos.

Geovani enaltece programas dos ministérios da Saúde e da Educação

Geovani Borges (PMDB-AP) parabenizou ontem, em plenário, os ministros da Saúde, José Gomes Temporão, e da Educação, Fernando Haddad, pelo lançamento, na semana passada, de dois programas de bolsas para estudantes, professores e profissionais da área de saúde: o Progra-

ma de Educação para o Trabalho em Saúde (PET-Saúde) e o Apoio ao Internato Médico em Universidades Federais (Pró-Internato).

O senador elogiou também o Programa Pró-Residência, do Ministério da Saúde, que prevê melhor distribuição de médicos especialistas no Brasil.



Geovani Borges

Sadi Cassol destaca crescimento da produção da indústria nacional

O aumento da produção industrial em 13 das 14 regiões pesquisadas pelo IBGE, em janeiro, foi destacado por Sadi Cassol (PT-TO). Os dados, disse ele ontem, mostram que o país conseguiu superar



Sadi Cassol

a crise financeira mundial de 2008. Em relação a janeiro de 2009, a atividade industrial cresceu em todas as áreas, com destaque para Espírito Santo

(48,5%), Amazonas (33,9%), Minas Gerais (28,8%), Bahia (23,6%), Rio Grande do Sul (20,9%), Goiás (19,8%) e Ceará (16,7%), que ficaram acima da média nacional (16,0%).

Sadi Cassol destacou também dados do IBGE que apontam um crescimento de 7,13% nas vendas de carros flex, em fevereiro, em relação a janeiro deste ano.

Osmar Dias pede ao governo que use o trigo do produtor nacional

A ideia de que o preço do pão vai subir devido ao aumento da tarifa de importação do trigo dos Estados Unidos de 10% para 30% é falsa, disse o senador Osmar Dias (PDT-PR). Segundo



Osmar Dias

ele, só no estado do Paraná existem cerca de 800 mil toneladas de trigo nos armazéns.

O trigo faz parte dos cerca de cem produtos americanos

que o Brasil decidiu sobretaxar para que os similares nacionais concorram em melhor condição. A lista é uma retaliação aos Estados Unidos pelos incentivos concedidos aos seus produtores, considerados abusivos pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

– O país não pode continuar dependente do produto importado – disse o senador.

Augusto conclama população a se vacinar contra a gripe A

A população deve ficar atenta aos períodos em que poderá se vacinar contra o vírus H1N1, causador da gripe A, conhecida como gripe suína, registrou Augusto Botelho (PT-RR). A vacinação de pessoal que trabalha na área de saúde e indígenas começou nesta semana e o Ministério da Saúde deverá vacinar, nos próximos dois meses,

cerca de 90 milhões dos 192 milhões de brasileiros, incluídos nas faixas etárias mais afetadas pela primeira onda da pandemia, no ano passado. O objetivo do ministério, salientou, é preparar a população para enfrentar a segunda onda da gripe, que, segundo estudiosos, deve ocorrer assim que começar o inverno.



Augusto Botelho